

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da cerimónia que assinala o Dia das Operações de Paz e Humanitárias

Forte do Bom Sucesso, Lisboa 29 de maio de 2021

A efeméride que esta cerimónia evoca oferece-nos a oportunidade de refletir sobre o inestimável contributo da Organização das Nações Unidas e dos Soldados da Paz para o cumprimento do mandato desta organização, expresso na sua carta fundadora, de “manter a paz e a segurança internacionais”.

Desde 1948, a ONU foi responsável por mais de 70 missões de paz. Evidentemente, ao longo das décadas a natureza dos mandatos destas missões sofreu profundas transformações. Temos hoje missões multidimensionais, onde o instrumento militar é integrado num conjunto de medidas que vão desde o diálogo e a mediação política, essenciais para a gestão da conflitualidade internacional e a paz, até às medidas de desenvolvimento e estabilização social e económica, de justiça e equidade social, racial ou de género.

Depois de uma primeira experiência, em 1958, em que Portugal marcou presença com 5 observadores no *United Nations Observation Group* no Líbano, seguiu-se um longo hiato. Apenas a partir de 1993, e mais sistematicamente a partir de 1995, o nosso país começou a empenhar-se de forma continuada e significativa em missões de paz da ONU. Desde essa altura, empenhou já ao serviço da promoção da segurança coletiva global no âmbito da ONU cerca de 13 000 militares.

Esta significativa participação nacional nas missões da ONU reflete o nosso compromisso forte com os princípios e valores da Carta das Nações Unidas, plasmado na própria Constituição Portuguesa, e em programas de sucessivos governos nacionais democráticos.

Depois do envio de observadores militares para o Líbano (1958), a Namíbia (1989) e Moçambique (1990), as primeiras

participações com forças constituídas foram em Moçambique, em 1993 e 1994, com mais de 400 militares (463 militares). Depois, nas missões da ONU em Angola, entre 1995 e 1998, com mais de 1000 militares. Muitas outras se seguiram, em linha com as prioridades nacionais, como foi o caso da participação nas missões da ONU em Timor-Leste, de 1999 a 2004. Estas missões, de memória particularmente feliz, confirmaram o elevado profissionalismo e valor das Forças Armadas e das Forças de Segurança portuguesas, tendo desempenhado um papel crítico no sucesso do processo de paz neste país irmão. Essa missão em Timor-Leste teve um amplo consenso nacional, de que todos ainda se recordam. E é útil para nos recordar que o facto de Portugal ser um aliado solidário de outros, ser um contribuinte credível para a segurança global, é fundamental para conseguirmos mobilizar os nossos parceiros para se empenharem em missões de paz prioritárias para nós.

Mais recentemente, Portugal teve uma participação relevante nas missões da ONU no Líbano (UNIFIL) de 2006 a 2011, bem como, na atualidade, no Mali e na República Centro Africana. Ao fazê-lo estamos a proteger a população local de grupos de bandidos armados e de extremistas muito violentos, e estamos também a formar a linha avançada da segurança da Europa e de espaços de interesse estratégico para o país, como a CPLP ou o Atlântico.

De entre estes empenhamentos, a presença portuguesa na RCA merece particular destaque. Isso deve-se não só à necessidade de esclarecer os portugueses e as portuguesas sobre a relevância da nossa presença num espaço geográfico onde aparentemente não teríamos interesses imediatos, mas também pelo contributo importante que a prestação do contingente nacional, enquanto Força de Reação Rápida, tem tido na credibilização da ONU e das suas missões de paz. Nos meus frequentes encontros com o Sub Secretário Geral Jean-Pierre Lacroix, responsável pelo

Departamento de Operações da Paz da ONU, o último deles ainda ontem, esse apreço tem ficado bem claro.

Após as difíceis lições aprendidas no Ruanda ou na Somália, onde os capacetes azuis não detinham nem um mandato suficientemente claro, nem os meios para efetivamente proteger os civis mais vulneráveis, temos hoje uma ONU com capacidades mais robustas e mandatos mais adequados.

Sabemos que muitas vezes cabe à ONU procurar resolver as crises de segurança mais difíceis, aquelas que nenhuma grande potência ou combinação de potências consegue resolver. Ainda assim, e até por isso, não podemos deixar de procurar continuar a melhorar. É reconhecido por todos que certos contingentes destas forças de paz têm tantas limitações à sua atuação que não podem desempenhar eficazmente a sua missão. Temos de corrigir isso

sob pena de se minar a credibilidade de um instrumento fundamental de gestão de crises. Nunca foi esse o caso dos militares portugueses empenhados nestas missões, muito pelo contrário.

Portugal contribui efetivamente com o que de melhor tem para a MINUSCA – as suas tropas de elite, os melhores equipamentos, e o firme apoio político à missão. De todos os quadrantes, recebemos o reconhecimento da excelência das nossas forças e da qualidade superior das capacidades de comando dos nossos oficiais.

Atualmente, tem sido assim, na RCA, mas é também assim nos empenhamentos no Mali, onde a Força Aérea tem desempenhado um papel de grande importância face à enorme amplitude do território maliano e o difícil contexto político deste país.

Aliás, não é demais sublinhar que o instrumento militar, embora essencial para garantir a segurança necessária para que tudo o resto possa funcionar, não pode substituir os esforços políticos, económicos, sociais e outros que criam as condições para uma paz positiva, que vá para além da ausência de conflito armado. E não podemos esperar pelo final do conflito para isso acontecer. Seria pedir demasiado às populações civis, e vai contra os princípios com que a comunidade internacional se comprometeu na fundação da ONU. Este é um esforço em que também estamos empenhados, sobretudo por via dos programas de ajuda da UE, mas em que as autoridades nacionais, regionais e locais dos países afetados têm a principal responsabilidade.

Para além do reconhecimento internacional às nossas Forças Armadas, vale a pena referir os esforços que também o Governo

tem feito para assegurar, ao nível nacional, o devido reconhecimento e apoio a quem serve nas fileiras nacionais. O Estatuto do Antigo Combatentes, que fizemos aprovar na Assembleia da República com amplo consenso parlamentar, no ano passado, prevê a extensão dos apoios previstos não apenas aos combatentes da Guerra Colonial, mas também aos novos “antigos combatentes”. As mulheres e os homens que têm servido Portugal nas Forças Armadas, incluindo nas Forças que têm integrado as missões internacionais em que Portugal participa, estão assim abrangidos pelos apoios aí previstos.

É certo que permanecem importantes desafios, como nos mostra o caso recente do Soldado Comando Aliu Camará, ferido na missão da ONU na RCA. Temos obrigação de continuar a apoiar aqueles e aquelas que heroicamente enfrentam o infortúnio de ficarem feridos ou incapacitados no cumprimento das suas missões, e estou comprometido em encontrar uma forma de

poderem continuar a servir Portugal e as Forças Armadas se assim o desejarem. Estou certo de que este exemplo pioneiro do Soldado Camará nos ajudará a encontrar as melhores soluções para casos semelhantes no futuro.

Agradeço, assim, à Liga dos Combatentes, na figura do seu Presidente, o Sr. Tenente General Chito Rodrigues, pela iniciativa muito oportuna e pelo convite para presidir a esta cerimónia.

Muito obrigado.